

Resumo em português do trabalho de mestrado de Florian Scheid sobre produtos tradicionais de qualidade na Beira Litoral, apresentado na Universidade de Insbruke, Áustria, em Abril de 2011



Título em alemão

“Die Regionalpolitik der EU zur Entwicklung des ländlichen Raumes mit besonderer Betrachtung landwirtschaftlicher Qualitätserzeugnisse in der Beira Litoral, Portugal – Charakterisierung ausgewählter Produkte sowie Untersuchung deren Beitrags zur ländlichen Entwicklung im Rahmen des Systems der geschützten geographischen Herkunftsangaben.”

Tradução livre em português

“A política regional da UE para o desenvolvimento rural, com especial atenção aos produtos agrícolas de qualidade na Beira Litoral, Portugal – Caracterização de alguns produtos seleccionados e análise da sua contribuição para o desenvolvimento rural no âmbito do sistema de produtos tradicionais de qualidade protegidos.”

Resumo

O presente trabalho baseia-se numa pesquisa efectuada pelo autor, no Outono de 2010, com o apoio da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPCentro). A parte de investigação consiste essencialmente numa análise de cinco produtos agrícolas. A Beira Litoral representa uma área excelente para analisar e mostrar, por um lado, a problemática dos territórios rurais e, por outro lado, as potencialidades e possibilidades de desenvolvimento subjacentes nos produtos de qualidade.

A região consiste, numa parte, de locais que são – em termos económicos – muito fortes: a cidade de Coimbra, por exemplo, tem uma grande importância nos sectores da administração, da saúde e da educação, enquanto as cidades litorais, como Aveiro e Leiria, apresentam uma dinâmica notável na indústria e no comércio.

Outras partes da região revelam-se ainda fortemente rurais: nomeadamente as áreas montanhosas e as áreas com solos desfavoráveis como, por exemplo, a Serra da Lousã, a Serra do Caramulo, a Serra de Sicó ou as zonas arenosas do litoral. Entretanto, estas regiões continuam a ter uma grande riqueza de produtos agrícolas com longo historial, cujas qualidade e especificidade representam uma oportunidade para o seu desenvolvimento sustentável e durável. Este potencial já foi reconhecido e deve ser ainda mais apoiado. Em particular a proximidade que existe na Beira Litoral entre as áreas rurais, com produção agrícola, e as áreas urbanas, com um poder de compra elevado, o que pode ajudar a promover o seu desenvolvimento.

O presente trabalho consiste em várias partes. Começa por dar uma visão geral sobre o contexto e os princípios do conceito de desenvolvimento rural, realizado de uma maneira sustentável e endógena (capítulo 2). Em seguida, é explicado – com atenção especial às áreas rurais – o funcionamento da política regional, da política de desenvolvimento e da política agrícola comum da UE (capítulo 3). O capítulo seguinte (4) inclui um resumo da política relativa aos produtos agrícolas de qualidade, tratados nos Regulamentos (CE) 509/2006 (ETG) e 210/2006 (IGP/DOP), e sua implementação na Europa.

Portugal tem uma posição precursora no seio da UE na utilização destes tipos de regime de qualidade, esperando a administração obter grandes benefícios com eles. As vantagens e os objectivos do sistema disponibilizado pela União são explicados nesta parte do trabalho. O capítulo 5 apresenta a região da Beira Litoral e demonstra, com a ajuda de uma grande variedade de mapas temáticos, os principais problemas de que sofre a agricultura portuguesa (envelhecimento dos proprietários das explorações, estrutura agrícola,...).

Segue-se a parte principal do trabalho (capítulo 6), que explica a escolha dos produtos analisados, os métodos e os dados utilizados e o decurso essencial da investigação. Cada produto é detalhadamente apresentado, no que respeita aos factores culturais (história e formação da região, população, agricultura...) e às condições naturais (clima, solo, relevo,...). Cada produto foi analisado no sentido de determinar o impacto na Região (na economia, na imagem ou noutras vantagens...) e ainda de identificar os problemas entretanto resolvidos, e as dificuldades que o produto ainda enfrenta.

Este estudo foi elaborado com base em entrevistas com autarcas, funcionários públicos, investigadores, técnicos, agricultores, produtores e outras pessoas envolvidas nos processos de produção, fabrico e

distribuição de produtos agrícolas. Além disso, foram utilizados dados estatísticos de fontes diversas e foram criados mapas para explicitar o contexto.

No capítulo 7, resumem-se os resultados da investigação e no capítulo 8 procede-se a uma avaliação do sistema de protecção das Indicações Geográficas (IGP) e Denominações de Origem (DOP) em geral: são resumidas as vantagens e as desvantagens e apresentam-se recomendações para a melhoria do funcionamento das IGP e DOP, em termos de um desenvolvimento rural sustentável.

Os cinco produtos agrícolas analisados no percurso do trabalho foram:

- ✧ *O Mel Serra da Lousã – DOP*
- ✧ *Os Ovos Moles de Aveiro – IGP*
- ✧ *A Carne Marinhova – DOP*
- ✧ *O Queijo Rabaçal – DOP*
- ✧ *O Arroz Carolino do Baixo Mondego*

O quadro 1 apresenta um resumo dos resultados obtidos, por produto, ao longo do trabalho efectuado. A primeira parte da tabela sintetiza informações da respectiva área geográfica delimitada. No caso dos Ovos Moles de Aveiro, os parênteses indicam os dados da área adicional em que é realizada a produção de ovos, mas não o fabrico de Ovos Moles – os detalhes concernentes à delimitação em questão encontram-se no caderno de especificações ou, por exemplo, no Aviso n.º 6682/2004 (2.ª série). Os números relativos à densidade de população e ao índice de poder de compra indicam que as áreas mais rurais são, sem dúvida, a zona da Serra da Lousã e a região do Rabaçal.

A segunda parte da tabela engloba os dados mais importantes de cada produto de qualidade analisado. No entanto, já que o Arroz Carolino do Baixo Mondego ainda não se encontra registado como IGP, faltam informações nessa parte da tabela.

Os números a negrito têm origem nas estatísticas oficiais, calculadas a partir de: CAOP2010 (para a área); Censos 2001 (para a população); outros dados do INE (para o poder de compra 2007); e dados do GPP (para preços e quantidades produzidas em 2007). Os outros valores são indicações dos especialistas entrevistados ou estimados pelo autor. Na terceira parte da tabela, faz-se a apresentação e a avaliação da situação de cada produto.

Quadro 1: Resumo dos resultados da investigação					
	DOP - Mel da Serra da Lousã	IGP - Ovos Moles de Aveiro	DOP - Carne Marinhova	DOP - Queijo Rabaçal	Arroz do Baixo Mondego
Superfície (em km2)	1.845	1.515 (+ 1.060)	3.560	875	665
População	81.664	325.136 (+ 72.735)	706.321	64.448	86.050
Densidade de pop. (em hab./km2)	44	214 (68)	198	74	129
Índice de poder de compra	62	89 (60)	95	69	101
Pessoas envolvidas		300	70	16	(975) ?
Quantid. produzida		200 t	21 t	4 t	?
Preço por quilo		17 €	6,50 €	14 €	?
Volume de negócios		3.400.000 €	136.500 €	56.000 €	?
Tipo de produto	mel de flores silvestres	pastelaria à base de ovos e açúcar	carne de bovinos autóctones	queijo de leite cru de cabra e ovelha	arroz tradicional com propriedades especiais
Descrição da região	zona de montanha natural	cidade portuária, e áreas limítrofes	litoral e áreas limítrofes	carso mediterrâneo	vale de rio com exploração intensiva
Produtor típico	produtor envelhecido, actividade paralela com apicultura	pasteleiros de várias classes etárias	agricultores mais velhos, de actividade principal	queijeiras de meia idade	agricultores mais velhos, de actividade principal
Maiores vantagens no registo	sobrevivência no mercado, aumento do rendimento adicional	protecção contra adulterações, cooperação dos participantes	protecção de uma raça ameaçada de extinção	conservação de uma produção artesanal tradicional	protecção contra adulterações, cooperação dos participantes
Constrangimentos	causas naturais (clima, pragas,...)	alteração e/ou falsificação do produto	adulterações de origem, estrutura agrícola, produto comum	falta de leite e pastores	(produto comum) ?
Crescimento	lento, mas constante	muito forte	lento, estagna actualmente	possibilidade de crescimento	(produção constante) ?
Vulnerabilidade (perigos naturais)	alta	baixa	baixa	baixa	média
Vulnerabilidade (perig. económicos)	baixa	baixa	alta	baixa	(alta) ?
Aproveitamento do potencial	bom	muito bom	médio	insuficiente	?
Importância no meio rural	média	baixa	baixa	alta	?
Realizado por Florian Scheid em Fevereiro de 2011, com base em investigações realizadas no Outono de 2010. Compilação própria. Os números em negrito são valores das estatísticas oficiais (CAOP2010, Censos 2001, INE, GPP). Os outros valores são indicações dos especialistas entrevistados ou estimados pelo autor. Notas explicativas encontram-se no trabalho.					

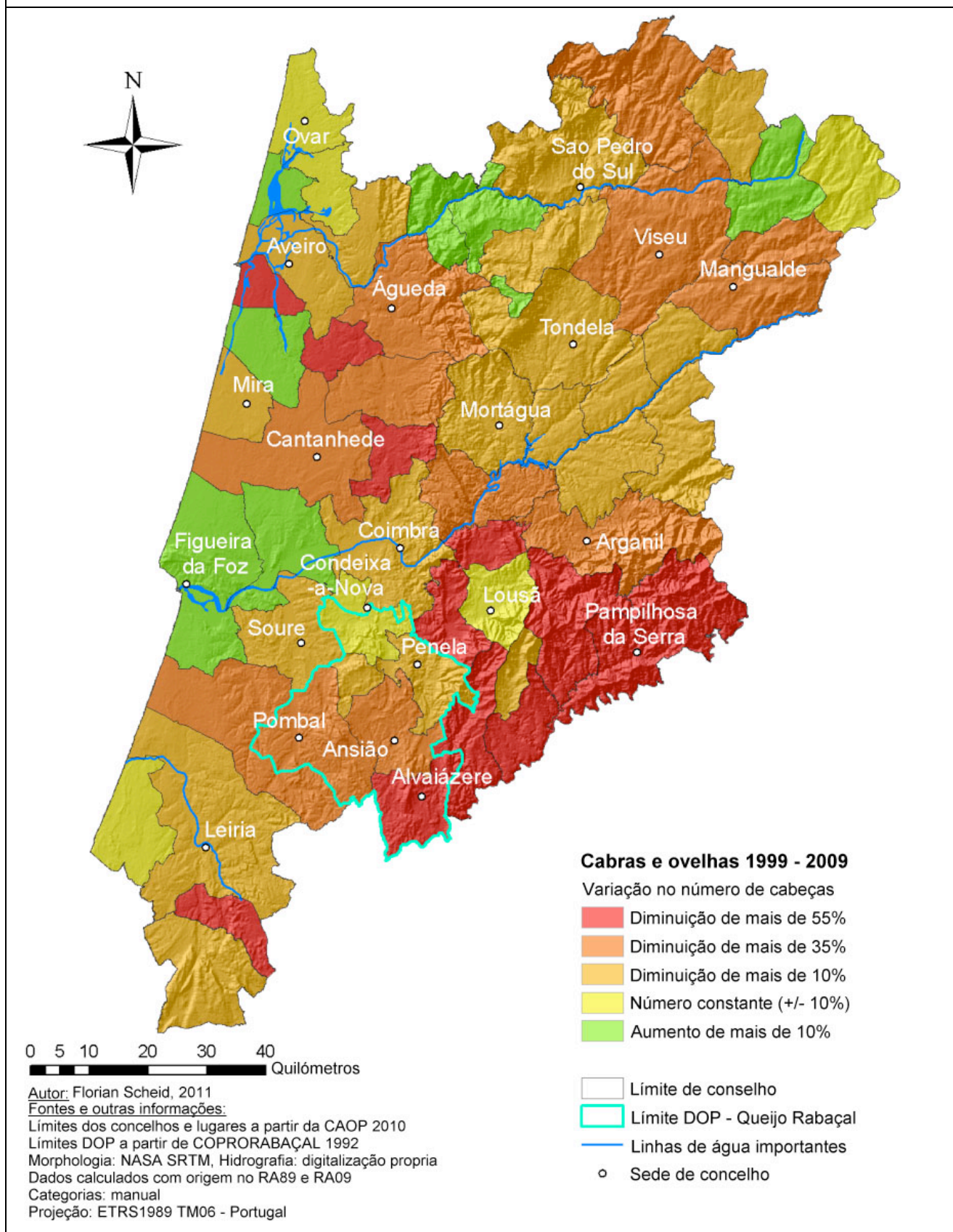
A maior vantagem do registo do **Mel da Serra da Lousã** consiste no facto de ajudar os apicultores a resistir à concorrência do mercado, dado que, após o registo, desfrutam de uma protecção do seu produto face aos méis estrangeiros. O rendimento do mel protegido é mais elevado e assim é mais fácil aos apicultores manter a produção. Na região, não só se verifica um crescimento no número total de colmeias, mas também o número de produtores de mel de qualidade associados aumenta lentamente. Embora seja um produto bem sucedido, o mel é vulnerável aos perigos naturais, que causam uma certa oscilação anual na quantidade produzida. Adicionalmente aos Invernos duros e aos incêndios que ocorrem de vez em quando, verifica-se o problema principal, a doença parasitária provocada pelo ácaro *Varroa destructor*, que tem de ser continuamente combatido. Por outro lado, os perigos económicos não constituem grande problema: de acordo com as informações dos entrevistados, a actual crise não influencia o escoamento do mel. O facto de ser uma especialidade extraordinária protege este produto contra fases de recessão (o mesmo se aplica aos Ovos Moles e ao Queijo Rabaçal). Em contraste, a carne e o arroz são produtos de uso diário, que correm o risco de ser substituídos por produtos de marca branca, mais baratos, ou produtos alternativos (outros tipos de carne, carne importada, massas alimentícias, batatas,...), em fases de poupança.

Os **Ovos Moles de Aveiro** são – sem dúvida – o produto com a maior importância em termos de volume de negócios, dos cinco produtos analisados. Os processos de produção e de comercialização são organizados de uma forma exemplar e o produto está a crescer e a explorar novos mercados. Os riscos naturais são quase inexistentes – a produção de ovos e açúcar é tão industrializada que nunca ocorrem oscilações. Tão estável se apresenta o fornecimento de matéria-prima, como a procura do produto. A única mácula que se pode identificar nos Ovos Moles é o facto de o lucro da produção ficar, na sua maior parte, não no meio rural, mas numa área que já é fortemente desenvolvida.

A maior vantagem no registo da **Carne Marinhoeira** é a protecção e a conservação de uma raça autóctone. O problema é que o produto não é bem conhecido, nem por agricultores, nem por consumidores. A maioria dos produtores possuem idade avançada e só tem um ou dois animais, que antigamente eram utilizados para trabalho no campo. Assim, é necessária muita energia para convencer estes agricultores a participar na produção de uma carne DOP. Porém, cada vez mais jovens agricultores começam a especializar-se na obtenção de carne certificada. Também existem produtores de leite que mudam para a produção de carne com bovinos da raça Marinhoeira (não esquecer que o efectivo bovino leiteiro caiu 40% nos últimos dez anos na Beira Litoral). Em suma, o crescimento do volume de produção é muito lento, encontrando-se mesmo numa fase de uma certa estagnação, devido à crise económica.

O **Queijo Rabaçal** tem – na opinião do autor – o maior potencial dos cinco produtos analisados na Beira Litoral. Infelizmente, este potencial encontra-se actualmente em grande parte inexplorado devido à

Mapa 1: Beira Litoral - Variação do número de cabras e ovelhas



escassez de leite. A falta dessa matéria-prima é consequência da redução progressiva de ovelhas e cabras na região. Mas a diminuição do número de cabeças – que ocorre não só no Sicó, mas em quase toda a Beira Litoral (ver mapa 1) – representa também um grande problema para a paisagem cultural e para o turismo. A ausência de animais provoca uma degradação das zonas outrora utilizadas para pastagem, que assim se apresentam menos atractivas e dão à paisagem uma aparência desordenada e selvagem. No caso do queijo, as Terras de Sicó poderiam especialmente beneficiar com um aumento de produção deste produto regional, dado que esta região, no sopé montanhoso da Serra da Lousã, com solos calcários, é uma das zonas mais rurais, mais pobres e mais desfavorecidas de toda a região agrícola. No Rabaçal, a quota dos trabalhadores que se deslocam diariamente entre a residência e o local de trabalho é muito elevada. Além disso, nota-se que, devido à emigração, quem permanece é uma população envelhecida, pouco instruída e com baixo poder de compra. A população, a economia local e a paisagem poderiam beneficiar com a extensão da produção do Queijo Rabaçal. O produto é considerado uma especialidade, que se vende a preço elevado e que não é vulnerável aos perigos económicos ou naturais. A importância do Queijo Rabaçal poderia ser muito grande para o desenvolvimento desta zona rural.

O último produto analisado foi o **arroz do Baixo Mondego**, que na altura da pesquisa se encontrava ainda no processo de preparação do pedido de registo. Este pedido de registo de indicação geográfica foi finalmente publicado no Diário da República, a 27 de Janeiro de 2011, e o produto entrou assim na fase de consulta pública. A área de produção delimitada do arroz é muita pequena e, apesar do seu carácter rural dominado pela agricultura, é relativamente densa em população. A zona do Baixo Mondego tem uma grande tradição de produção agrícola. Cultiva-se sobretudo milho e arroz, mas, além disso, nota-se uma grande actividade hortícola, para abastecer os mercados de proximidade e do exterior. Já que o arroz ainda não se encontra registado, faltam dados sobre a quantidade produzida e as pessoas envolvidas, não se podendo também ainda dizer a que preço o produto com indicação geográfica vai entrar no mercado. A maior vantagem que os agricultores esperam do registo é a protecção do Arroz Carolino face ao arroz importado, que não tem a mesma qualidade que este produto local. O arroz do Baixo Mondego é produzido de acordo com regras e normas rígidas, que respeitam o ambiente, os trabalhadores e o consumidor. Por isso, o produto registado vai provavelmente sair com um preço mais elevado, comparado aos produtos que vêm do mercado mundial, talvez de países que não têm regulamentos de produção de alto nível como a Europa. No final será o consumidor quem irá decidir se quer pagar mais por um produto comum, mas que vem da produção local. Estudos sobre este *country-of-origin effect* mostram que muitas vezes é isso que se verifica. Neste caso, só o futuro o dirá.

Quadro 2: Produtos registados na UE após os regulamentos 509/2006 e 510/2006, por Estados e total, em relação aos trabalhadores e em relação à superfície agrícola utilizada (SAU)

Estado	produtos registados	IGP	DOP	ETG	trabalhadores sector prim.	trabalhadores por produto	SAU em km ²	SAU em km ² por produto
Alemanha	80	50	30	0	689.500	8.619	186.855	2.336
Áustria	13	5	8	0	226.500	17.423	68.538	5.272
Bélgica	13	5	3	5	72.500	5.577	14.053	1.081
Chipre	1	1	0	0	16.100	16.100	1.800	1.800
Dinamarca	3	3	0	0	67.200	22.400	29.776	9.925
Eslováquia	6	4	0	2	97.900	16.317	30.550	5.092
Eslovénia	5	1	1	3	88.300	17.660	9.212	1.842
Espanha	147	65	79	3	820.800	5.584	331.622	2.256
Finlândia	7	1	3	3	117.500	16.786	63.268	9.038
França	188	100	88	0	692.800	3.685	289.492	1.540
Grécia	88	23	65	0	518.700	5.894	44.028	500
Hungria	7	3	4	0	170.000	24.286	60.036	8.577
Irlanda	4	3	1	0	114.900	28.725	44.149	11.037
Itália	229	85	142	2	832.500	3.635	178.415	779
Lituânia	1	0	0	1	119.000	119.000	29.082	29.082
Luxemburgo	4	2	2	0	3.100	775	1.381	345
Países Baixos	9	3	5	1	219.400	24.378	20.748	2.305
Polónia	23	12	5	6	2.264.200	98.443	180.987	7.869
Portugal	116	58	58	0	587.400	5.064	44.084	380
Reino Unido	36	18	16	2	325.600	9.044	170.589	4.739
República Checa	25	19	6	0	157.800	6.312	50.322	2.013
Suécia	6	3	1	2	100.100	16.683	70.663	11.777
China	1	1	0	0	46.601.100	46.601.100	5.528.403	5.528.403
Colômbia	1	1	0	0	7.990.500	7.990.500	424.384	424.384
Total	1013	466	517	30				

A cinzento: primeiros cinco valores da respectiva categoria.

Realizado por Florian Scheid, em Fevereiro de 2011.

Compilação a partir dos seguintes dados:

Lista dos produtos registados: extraída da base de dados DOOR da UE, a 30 de Janeiro de 2011

Trabalhadores no sector primário: EUROSTAT (UE, 2.º trimestre, 2008); DESTATIS (China, 2007; Colômbia, 2008)

Superfície agrícola utilizada (SAU): EUROSTAT (UE, 2007); DESTATIS (China, 2007; Colômbia, 2008)

De uma maneira geral, pode-se dizer que todos os produtos têm um efeito positivo na respectiva região. O registo dos produtos como DOP ou IGP significa quase sempre uma vantagem para os produtores. Mesmo assim, verificam-se grandes diferenças entre os diferentes produtos. Uns têm um impacto muito forte em termos económicos, outros nem tanto. Uns são mais vulneráveis no que respeita aos perigos naturais (mau tempo, pragas, doenças, incêndios,...) e outros são mais vulneráveis face aos perigos económicos (adulterações, crises,...). Em suma, constata-se que os produtos escolhidos são tão individuais (dado que são de tipo diferente), que não se pode fazer uma comparação entre eles. A individualidade de cada produto reflecte-se nos problemas, sucessos, perigos, mercados, tamanhos e modos de produção, de fabrico e de distribuição que encontra.

Em resumo, pode dizer-se que o sistema de indicações geográficas protegidas e de denominações de origem protegidas da UE constitui um instrumento muito útil na área do desenvolvimento rural. Como já foi dito antes, Portugal tem uma posição precursora no seio da União, na utilização deste tipo de regimes de qualidade.

O quadro 2 apresenta os produtos registados na UE após os regulamentos 509/2006 e 510/2006, por Estados e no total, em relação aos trabalhadores e em relação à superfície agrícola utilizada (SAU). Portugal ocupa, em qualquer categoria, um dos cinco primeiros lugares, especialmente se se observa o número de produtos registados em relação à SAU ou aos trabalhadores. Isto mostra a importância dos produtos de qualidade num país, considerando também o tamanho do sector agrícola.

Actualmente, pode-se identificar um crescimento no mercado dos produtos de qualidade. Especialmente os países que até agora quase ignoravam essa política dos produtos tradicionais, começam cada vez mais a apresentar pedidos de registo ao nível europeu. Mas também em Portugal, há ainda uma série de produtos que esperam ser registados e que podem fornecer um impulso económico às regiões correspondentes.

Mapa 2: Uso do solo na região agrária da Beira Litoral

